

## Mensagem do Presidente sobre o Relatório de Gestão

Eminentes Ministros com quem nesta Sessão partilho, pela última assentada, a bancada deste Tribunal Superior Eleitoral, senhoras advogadas e servidoras, senhores advogados e servidores presentes, a todos que nos acompanham pela TV ou pelas redes sociais, apresento o relatório de minha gestão frente a esta Colenda Corte Eleitoral Superior.

A íntegra do relatório será disponibilizada no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral.

Ao longo dos últimos 175 dias, os afazeres da Corte foram direcionados à busca por paz e segurança para as eleições gerais de 2022, o que se deu por meio do diálogo, da estruturação do combate à desinformação, da eficiência na gestão do processo eleitoral, da promoção da transparência eleitoral, integridade, diversidade.

Buscamos a comunhão dos melhores propósitos democráticos em nossas relações internas e externas.

Diante do encurtado período de Presidência que me incumbiu, entre os dias 22.02.2022 e 16.08.2022, impulsionei a Justiça Eleitoral à defesa intransigente, peremptória e impávida da democracia.

Sem perder esse norte de vista, empreendi, já no primeiro dia de gestão, reuniões com todos os Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais, para alinharmos nossos posicionamentos e a defesa da Justiça Eleitoral e da credibilidade de suas atividades e no enfrentamento à desinformação.

Foram realizadas ainda reuniões mais alongadas com os Tribunais Regionais Eleitorais, agrupados por regiões, estreitando laços institucionais.

Não fosse isso suficiente, realizaram-se 23 visitas institucionais locais, fortalecendo a compreensão de que o Tribunal Superior Eleitoral é mais do que uma face da Justiça Eleitoral, pois atua como seu garantidor em todo o território nacional.

Gostaria de agradecer, aqui, à contribuição valiosa que recebi da Juíza-Auxiliar Flávia Vianna, de meu gabinete, e do Sr. Diretor-Geral deste Tribunal Superior Eleitoral, Rui Moreira, sem os quais não teria sido possível essa interlocução e, tampouco, a presença do Tribunal Superior Eleitoral em todo o território da nossa República Federativa do Brasil.

A Justiça Eleitoral está inteiramente irmanada na defesa da democracia.

De outro giro, mas ainda dentro dessa perspectiva dos diálogos internos à República, a gestão que se encerra promoveu o diálogo incessante com todos os partidos políticos nacionais. Repito, todos os partidos políticos, demonstrando, desde logo, caráter dialógico e democrático.

Em todas essas interlocuções firmou-se, entre a Justiça Eleitoral e a integralidade dos partidos políticos nacionais, um pacto de cooperação na atuação do Programa de Enfrentamento à Desinformação. Disso só se pode extrair uma única conclusão: Há um pacto político-institucional de âmbito nacional pelo combate à desinformação e às fake news.

Desde 30.08.2019 já foram assinados 159 (cento e cinquenta e nove) termos de cooperação entre a Justiça Eleitoral e a sociedade civil, sendo 77 (setenta e sete) deles apenas nos últimos 6 (seis) meses.

Além de partidos políticos, firmaram termos de cooperação com a Justiça Eleitoral o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria-Geral Eleitoral, Universidades, Institutos de Classe, Institutos Temáticos, grandes atores do mundo digital, como a Microsoft, o Google, Twitter, Facebook, WhatsApp, Telegram e o Spotify, mídia televisiva, além de entidades preocupadas com a transparência e a veracidade das informações no âmbito eleitoral, como a Agência Lupa, a Transparência Brasil, entre muitos outros.

Há uma enorme coalização nas trincheiras dos defensores da democracia, da transmissão responsável de informações e no enfrentamento às *fake news*.

Não poderia, portanto, a Presidência deste Tribunal Superior Eleitoral fazer tabula rasa da palavra empenhada, deixando de realizar todos os esforços disponíveis e os indisponíveis, nessa missão sem, contudo, jamais perder a sua imparcialidade.

É nesse contexto de união entre a sociedade civil e as instituições, que a Gestão criou a assessoria especial de enfrentamento à desinformação (AEED), estruturando no organograma do Tribunal uma unidade exclusivamente dedicada a esse tema.

Dentre as atividades desenvolvidas, ressalto que foram firmados acordos estratégicos com todas as plataformas digitais relevantes no contexto nacional, bem como harmônica cooperação com Procuradoria-Geral Eleitoral, para desincentivar a desinformação a partir da judicialização de casos envolvendo ilícitos eleitorais e com 29 (vinte e nove) partidos políticos, no sentido de prover informações corretas sobre o processo eleitoral a toda a população.

Houve a estruturação da Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação – FRENTE, com a adesão de mais de 2 mil colaboradores e colaboradoras da Justiça Eleitoral e concomitantemente foram realizadas de ações de capacitação, voltadas a temas importantes como a desinformação, a segurança do processo eletrônico de votação e a integridade das eleições brasileiras;

Especificamente quanto às plataformas digitais podemos aqui mencionar o aprimoramento do chatbot Tira-dúvidas em parceria com o WhatsApp, inclusive para o esclarecimento de casos de desinformação;

Outra importante ferramenta desenvolvida foi o Sistema de Alerta de Desinformação Contra as Eleições, que confere protagonismo às cidadãs e aos cidadãos, viabilizando o envio de denúncias de violações de termos de uso das plataformas digitais

Além disso, a Gestão instituiu o Programa de Fortalecimento Institucional a partir da Gestão da Imagem da Justiça Eleitoral – PROFI, também sob a responsabilidade da AEED, destinado a produzir confiança em torno das instituições eleitorais.

Em sua execução, a AEED iniciou estudos relacionados com a apresentação do Plano de Riscos de Imagem da Justiça Eleitoral, alinhou dezenas de parcerias tendentes à defesa da agenda democrática prevista no PROFI, assim como produziu estudo sobre a demografia da desconfiança, identificando públicos prioritários e formas de abordagem comunicativa, expostas no Relatório de Análise de Públicos-Alvo e Proposta de Posicionamento.

Com o mesmo espírito, promoveu agenda de aproximação e fortalecimento das relações com stakeholders, elevando de 72 (setenta e dois) para 152 (cento e cinquenta e dois) o número de parceiros estratégicos do Tribunal Superior Eleitoral, criando relações de confiança que possibilitaram, entre outras ações, um movimento em defesa da Paz e da Tolerância nas eleições, com a adesão de igrejas, líderes religiosos e entidades paraeclesiásticas de diferentes vertentes.

A valorosa composição da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, capitaneada pelo brilhante e incansável Dr. Frederico Franco Alvim, bem como pela dedicação e trabalho árduo, além do que se esperaria dos mais dedicados servidores, da Dra. Tainah Rodrigues, e dos Drs. Eduardo Stipp, Vitor Monteiro e Diogo Curvinel. A todos, minha gratidão o mais sensibilizado respeito.

Dentro dessa perspectiva interna, realço a atuação cada vez mais firme e distinta da Ouvidoria do Tribunal Superior Eleitoral.

Por um fronte, a Ouvidoria se debruçou sobre o tema da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito da Justiça Eleitoral, realizando-se audiência pública sobre os possíveis impactos da sua implementação, desde a manutenção de seus bancos de dados até às formas de acesso às informações necessárias ao período eleitoral, como bem se observou hoje, ao se analisar a questão da publicidade de dados no registro de candidaturas.

De outro ângulo, a Ouvidoria se tornou o porto seguro para que toda a população brasileira possa se comunicar diretamente com este Tribunal Superior Eleitoral, sendo registrados mais de 32 mil atendimentos pela equipe da Ouvidoria.

Ademais, a Ouvidoria publicou, ainda, o Manual de Procedimentos das Ouvidorias Eleitorais, uniformizando o tratamento da questão em todo o Território Nacional.

Penhoro meu agradecimento, *ex corde*, à Juíza-Auxiliar Larissa Almeida Nascimento, pernambucana saída da distante Comarca de Almino Afonso, no sertão norte rio-grandense, fez-se imprescindível na Capital Federal.

No Plano internacional, a Gestão ampliou o diálogo desta Corte Eleitoral com a comunidade estrangeira.

Também se operacionalizou o envio de missões de observação eleitoral Eleições parlamentares da Colômbia – 13/3/2022, Segundo turno das eleições presidenciais da Costa Rica – 3/4/2022, Segundo turno das eleições presidenciais francesas – 24/4/2022, Primeiro turno das eleições presidenciais da Colômbia – 29/5/2022, Segundo turno das eleições presidenciais colombianas – 19/6/2022.

Em contrapartida, o programa de Missões Internacionais de Observação Eleitoral foi aprimorado para receber vários organismos e centros especializados internacionais relevantes para atuarem como observadores das Eleições 2022.

A Assessoria Internacional do Tribunal Superior Eleitoral criou, por fim, o programa das Missões Nacionais de Observação Eleitoral. Regulamentadas pela Resolução TSE 23.678/21 abrangem o procedimento sistemático de acompanhamento e de avaliação das eleições, realizado de forma independente por entidades, organizações da sociedade civil ou instituições de ensino superior nacionais devidamente credenciadas pelo TSE.

A Assessoria Internacional foi cuidadosa e diplomaticamente conduzida pelo Ministro José Gilberto Scandiucci Filho, integrante do Ministério das Relações Exteriores. Assim expresso meu agradecimento pelo seu empenho à causa democrática e à Justiça Eleitoral.

Outra importante alteração na estrutura do Tribunal foi a criação da Assessoria de Inclusão e Diversidade, com a finalidade de

planejar, executar e acompanhar as ações promovidas pelo Tribunal Superior Eleitoral relacionadas ao tema de inclusão e diversidade, sobretudo em relação a questões voltadas para gênero, raça e acessibilidade.

Dentre as atividades realizadas por essa Comissão, destaca-se a audiência pública que ocorreu no dia 18 de maio de 2022 (Convocação nº 001/2022, publicada na 73ª edição do Diário da Justiça Eletrônico, de 26.4.2022, páginas 144 e 145), que tratou do tema “Desigualdade Racial e Sistema Eleitoral”, cujo objetivo foi possibilitar a oitiva de segmentos representativos da sociedade, oriundos da iniciativa privada ou pública, ou mesmo particulares, que a partir dos seus conhecimentos especializados na temática racial, relacionados ao sistema de Justiça Eleitoral e Processo Eleitoral, pudessem colaborar com a apresentação de informações e propostas com vista ao aperfeiçoamento das legislações atinentes ao tema, bem como para subsidiar o relatório de trabalho da Comissão de Promoção da Igualdade Racial, que será entregue à próxima gestão deste Tribunal.

Além disso a Assessoria ficou encarregada de constituir a Comissão de Promoção da Participação Indígena no Processo Eleitoral, o Encontro Inclusão e Diversidade: Um panorama da Justiça Eleitoral, entre outros.

Gilberto Gil costuma cantar que a Bahia lhe deu régua e compasso, aqui no Tribunal Superior Eleitoral, a Bahia nos presenteou com a Dra. Samara Carvalho Santos, que também é conhecida como Dra. Samara Pataxó, cuja disciplina e dedicação à causa indígena e à temática da diversidade coroou, com o mais vívido e imponente cocar, sua atuação na Justiça Eleitoral.

Nenhum relatório de gestão seria completo sem o detalhamento da Comissão de Transparência Eleitoral (CTE) e o Observatório de Transparência Eleitoral (OTE) criados pelas Portarias TSE nº. 578 e 579, de 2021, ainda durante a Presidência do Ministro Luís Roberto Barroso.

Observa-se que os citados fóruns mantiveram-se ativos no curso de nossa gestão, sendo realizados 06 encontros da Comissão e 03 reuniões do Observatório. Tais ocasiões somaram-se aos momentos de fiscalização abertos às partes integrantes dos dois fóruns, a exemplo do Teste Público de Segurança e do evento recentemente voltado à sua confirmação, levado a efeito em 11, 12 e 13 de maio deste ano.

Não há dúvidas de que a transparência é um dos elementos mais relevantes para a aferição da qualidade de uma democracia. Como é cediço, o processo eleitoral transparente é aquele que se mostra aberto à fiscalização, sendo, na ótica tanto do eleitorado quanto dos atores políticos, mediado por uma instituição confiável e dialógica. Ciente disso, este Tribunal tem disponibilizado informações, justificado as suas decisões e estabelecido um fluxo comunicativo que se traduz em efetiva governança horizontal e democrática.

No curso dos últimos meses, recebemos sugestões apresentamos resposta por meio de relatório encaminhado aos integrantes da Comissão e de ofícios, sempre compartilhados e publicizados. Reconhecendo, enfim, a importância da CTE e do OTE, porquanto fóruns aglutinadores de especialistas da sociedade civil e das instituições públicas, o TSE tem se debruçado sobre as suas ponderações e dado nítido retorno acerca de todas elas.

Faz-se imperioso lembrar ainda que, de modo orgânico, o Colegiado deste Tribunal ampliou as medidas de fiscalização contidas na Resolução nº 23.673/2021 e em outros normativos. Foram efetivadas mudanças que sextuplicaram o número de urnas sujeitas ao Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas. Ampliou-se o rol de entidades legitimadas para fiscalização. Ainda, garantiu-se às entidades fiscalizadoras o direito de escolher as urnas que passarão por auditoria, dentre outras medidas que redundaram em mais e mais transparência.

A menção à CTE e ao OTE me traz à mente uma das imagens mais marcantes dessa gestão: a força soberana das mulheres.

A Dra. Christine Peter, professora de vocação que encontrou, no cargo de Secretária da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral,

serviu como interlocutora capaz, inteligente e arguta, com todas as demandas da Transparência Eleitoral. Nossa longo convívio no Supremo Tribunal Federal, reforçado pela atuação serena nesta Corte Superior Eleitoral, conforta-me com a certeza de que era a escolha certa para essa missão.

A Dra. Clara da Mota Santos Pimenta Alves, Juíza-Auxiliar desta Presidência, juíza federal no Mato Grosso, cuja compreensão da dimensão e valor da democracia e da Justiça Eleitoral sobrepassam todas as fronteiras, além de ser uma magistrada que desconhece o significado do vocábulo cansaço, e de alguma maneira aprendeu a dedicar mais do que 24 horas por dia à Justiça Eleitoral. Sua dedicação ímpar a distingue.

A Dra. Andreza Maris Gomes Silva Santos, Assessora-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência deste Tribunal Superior Eleitoral, servidora pública exemplar, dedicada apenas e tão somente à *res publica*, fonte inesgotável de conhecimento sobre a Justiça Eleitoral, sobre o funcionamento do Tribunal Superior Eleitoral e peça imprescindível para a gestão que ora se encerra. Sem os seus esforços, não teria sido possível a compreensão e dimensionamento dos meandros desta Corte Eleitoral, tampouco o gerenciamento de seus recursos para a consecução de todas as nossas tarefas.

Registro também a atuação serena e dialógica da Assessoria Parlamentar, na pessoa do assessor-chefe, Flávio Aurélio Nogueira Jr., a quem coube a delicada tarefa de manter abertos e operantes os canais de comunicação entre a Justiça Eleitoral e o Parlamento nacional, abordando temas delicados como o debate sobre a reforma eleitoral, o voto impresso e o novo Código Eleitoral. A República, maior beneficiária do seu trabalho sincero, lhe penhora agradecimentos.

Faz-se necessário registrar ainda o agradecimento ao Dr. Júlio Valente, nosso valoroso Secretário de Tecnologia da Informação, a quem incumbe a mais nobre e difícil das tarefas nesta Corte Superior Eleitoral: a supervisão e gerência de todo o procedimento eletrônico de coleta dos votos, por meio de urnas eletrônicas, transmissão de informações para o Tribunal Superior Eleitoral e a totalização dos votos.

Eu, e a maioria esmagadora da população brasileira, como se viu na última pesquisa Datafolha, acreditamos na urna eletrônica e no seu trabalho valoroso. Nunca perca essa certeza e a serenidade que tanto lhe distinguem.

Nenhuma dessas funções teria sido possível sem o parcimonioso empenho da Dra. Fernanda Silva Pereira Motta Jannuzzi, assessora-chefe do Cerimonial da Presidência nesta gestão. Desde o cuidado na organização de todas as reuniões e eventos institucionais, desde o acompanhamento de missões internacionais. A leveza e gentileza na condução dos afazeres permitiram a máxima eficiência e concentração nos temas importantes postos a debate.

No plano da saúde institucional, é imensurável o valor do trabalho de prevenção à COVID-19, e atenção à saúde dos servidores, desenvolvido pela Coordenadoria de Atenção à Saúde – CATS, a quem agradeço institucionalmente na pessoa da Dra. Dea Márcia da Silva Pereira, estendendo minha pessoal gratidão à zelosa, estudiosa e dedicada Dra. Raquel Gontijo.

À jornalista Giselly Siqueira e sua briosa equipe uma especial menção: aqui, nesta gestão, no princípio, era a comunicação; no meio de percurso, foi a comunicação; e agora (e sempre) a comunicação é (e será) o veículo para iluminar fatos, evidências e informação de qualidade.

No plano jurisdicional, empenho meus agradecimentos extensos à Assessoria de Plenário, capitaneada pela Dra. Leila Correia Mascarenhas Barreto, a terceira baiana que integra essa gestão, cuja presença em todas as sessões de julgamento se faz sentir desde a publicação das pautas até a certificação dos resultados dos julgamentos. Sua atenção aos detalhes visíveis e invisíveis da pauta e a preocupação incomum com a higidez do transcorrer da sessão de julgamentos são o melhor testemunho de seu valor à Justiça Eleitoral.

Agradeço à equipe jurisdicional do gabinete da Presidência, nas pessoas do Dr. Francisco Gonçalves Simões, e das Dras. Bianca do Prado Pagotto, Ana Clara Rodrigues de Rezende, Ana Paula Almeida

Pinheiro dos Anjos, Ana Virgínia de Araújo Costa Batista Azevedo e Kaline Tavares de Lucena.

Sei que não conheciam limites de horários, que lhes foi exigido o peso de analisarem processos delicados e com sutilezas jurídicas incomuns e sei, também, que não poderia ter encontrado equipe mais finamente preparada e disposta a resolver os problemas comuns e incomuns entregues a esta Presidência.

A menção, ao final, não lhes tira o brilho da atuação impecável, ao contrário, lhes foi reservada para que neste encerramento de gestão, lhes fosse concedido o merecido reconhecimento pelo esmero no raciocínio jurídico e no cumprimento da função jurisdicional essencial deste Tribunal Superior Eleitoral.

Ao Dr. Francisco Gonçalves Simões registro meu mais vivo e genuíno agradecimento, pela ímpar união entre conhecimento e experiência.

Meu derradeiro agradecimento é à Dra. Raquel Safe de Matos Coutinho, minha Chefe de Gabinete. É a alma e a amalgama de toda essa gestão. Não houve minuto nesta gestão sem a sua participação, não houve reunião sem os seus ouvidos e notas, não houve decisão desta Gestão sem o seu aceno ou sem o seu aconselhamento. Não haveria Gestão sem você. Meu mais sincero agradecimento lhe é *ex corde, tout court*, ontem, hoje e sempre.

Encerro o relatório desta Gestão agradecido pela oportunidade de servir à minha República, na condição de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e com duas certezas inabaláveis:

A primeira delas é que a democracia é inabalável pelas fake news e que o povo brasileiro elegerá, com paz, segurança e transparência, um presidente da República.

A segunda é que Helena Kolody tinha razão ao dizer que quem pinta estrelas no muro tem o céu ao alcance das mãos. Quem defende a democracia a toca diariamente e vive num país melhor.

Muito obrigado.